



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Formação profissional**

**INCLUSÃO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE AS  
BARREIRAS E AVANÇOS NA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**

**ISABELA DE ARAUJO DOS SANTOS<sup>1</sup>**

**ALICE VITORIA DO NASCIMENTO MACHADO DOS SANTOS<sup>2</sup>**

**LARISSA GONÇALVES GOMES<sup>3</sup>**

**DANIELLE GOMES DE OLIVEIRA<sup>4</sup>**

**JONATAS DOS REIS NOGUEIRA<sup>5</sup>**

**RESUMO**

Apesar do avanço nas políticas públicas das últimas décadas, como a Lei de Cotas e o Programa de Universidade para Todos (Prouni), que possibilitou à classe trabalhadora adentrar no espaço da universidade, essa expansão no Brasil não foi suficiente para mitigar as desigualdades do acesso ao ensino superior. São diversos desafios e entraves para a permanência estudantil dessa parcela da classe trabalhadora, por isso, é fundamental o desenvolvimento de políticas públicas visando o acesso e a permanência na perspectiva da garantia dos direitos sociais.

**Palavras-chaves:** perfil; censo; permanência; ensino superior; educação;

**ABSTRACT**

Despite advances in public policies in recent decades, such as the Quota Law and Prouni, which enabled the working class to enter this space, this expansion in Brazil was not enough to mitigate inequalities in access to higher education. There are several challenges and obstacles to the permanence of this portion of the population in this space, which is why it is essential to develop public policies to solve this problem.

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

<sup>2</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

<sup>3</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

<sup>4</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

<sup>5</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**Keywords:** profile; census; permanence; higher education; education;

## INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta parte dos dados obtidos no censo estudantil realizado na Faculdade de Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Neste artigo utilizou-se os dados referentes ao eixo trabalho, onde apresenta-se os discentes que estão inseridos no mercado de trabalho e os estudantes que apresentam outras fontes de renda, como estágio, grupos de pesquisa, prodocência, entre outros espaços de aprendizado durante a graduação, assim como estudantes que não estão inseridos no mercado de trabalho, porém estão à procura de um emprego.

A intenção deste artigo é explicitar a relação entre o trabalho e o estudo na vida dos estudantes, e como não ter condições de dedicar-se integralmente a sua formação profissional impacta na vida acadêmica desses discentes. Além disso, com os dados apresentados é possível associar como a ampliação de bolsas de projetos de pesquisa, podem colaborar para a permanência estudantil na Universidade, e melhorar o rendimento desses alunos em sala de aula.

### 1. – Questão Social e educação superior no Brasil

As raízes estruturantes do Brasil impactam diretamente o acesso à educação. O período colonial e escravocrata, embora considerado parte do “passado” na história do país, deixou cicatrizes que permanecem abertas no presente. Ao analisar a situação educacional e o ensino superior, observa-se que ambos estão diretamente vinculados a uma estrutura histórica, social e econômica marcada por profundas desigualdades. Essas desigualdades, conforme caracterizadas pela autora Marilda Iamamoto (2003, p. 27), integram o que ela denomina questão social, definida como:

"Conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade." (IAMAMOTO, 2003, p.27)

Dessa forma, o sistema educacional brasileiro, apesar das significativas transformações ocorridas ao longo das décadas, ainda conserva um caráter elitista e excludente, uma vez que o acesso à educação, especialmente ao ensino superior, foi concebido como um privilégio destinado aos filhos das elites, e não à classe trabalhadora. Este caráter excludente está relacionado à questão social no Brasil, na qual as disparidades econômicas, raciais e regionais frequentemente determinam o acesso às oportunidades.

Refletir sobre o panorama da inserção da classe trabalhadora na educação superior no Brasil implica analisar uma realidade que, embora recente, possui impactos profundos. As mudanças mais significativas tiveram início a partir do primeiro mandato do governo Lula, com a implementação de políticas públicas voltadas à democratização do acesso ao ensino superior. Dentre essas políticas, destaca-se o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que concede bolsas de estudos para estudantes de baixa renda em instituições privadas. Posteriormente, no governo Dilma Rousseff, a promulgação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) representou um marco na promoção da inclusão de estudantes negros, pardos e indígenas em instituições públicas de ensino superior.

Essas políticas introduziram uma nova dinâmica no acesso à educação superior no Brasil, contudo, a questão social permanece como elemento central na análise das desigualdades sociais. A adoção do vestibular como principal via de acesso às universidades públicas exemplifica o caráter excludente, refletindo a lógica do capitalismo e o discurso de acesso amparado por uma ideologia neoliberal meritocrática restringindo o acesso àqueles em situação de maior vulnerabilidade.

Portanto, ao considerar a questão social e o acesso à educação superior no Brasil, é fundamental examinar como a lógica do sistema capitalista influencia a organização societária e o sistema educacional para que alguns privilégios se mantenham. Embora os avanços nas políticas públicas tenham ampliado o acesso, a luta por uma educação verdadeiramente inclusiva e acessível a todos ainda enfrenta desafios impostos pelas estruturas socioeconômicas que sustentam esse país.

## 2 – A Democratização da educação superior e a inserção da classe trabalhadora.

Considerando que parte da literatura considera que o começo da ampliação do acesso à universidade para amplas parcelas tenham começado a partir da década de 1990 (Carvalho, 2011; Comin & Barbosa, 2011), mas que o momento mais massivo desse processo foi durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), de acordo com Heringer & Honorato, 2015.

Entretanto, essa mudança não evidencia que o ensino superior brasileiro se aproximou das características dos países centrais do capitalismo, devido à: o acesso de jovens entre 18 e 24 anos segue baixo para esse nível, de acordo com a média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ou de acordo com o nível de alguns países da América Latina também; as populações mais vulneráveis seguem com grandes dificuldade para ingressar e se manter na universidade; a distância entre o perfil étnico-racial da população e o das universidades segue expressiva; o perfil socioeconômico de alunos do ensino público básico e o do ensino superior público segue em desacordo (C.Y. Andrade & Dachs, 2007; Souza, 2012).

No sentido contrário disso, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior (Andifes, 2019) considera que houve um crescimento do número de indivíduos de grupos que possuem menor renda no ensino superior brasileiro devido a viabilidade de cursos noturnos para que possam arcar com os custos do estudo de modo individual (Comin & Barbosa, 2011). Esse novo grupo de estudantes seria, em sua maioria, trabalhadores e adultos, os quais estariam retornando ao ensino.

Atualmente, o ensino superior público tem sido democratizado pelos seguintes fatores: crescimento do número de cursos e vagas; ampliação do número de universidades e *campi*; alteração do perfil, diante do aumento de matrículas de estudantes autodeclarados negros, oriundos de escolas públicas e faixas de renda mais baixas. Tais alterações demonstraram que esse novo grupo discente, oriundo de camadas sociais subalternizadas, enfrenta empecilhos para se manter na universidade, de participar da produção acadêmica e de integralização do currículo, ou, em outras palavras, conclusão do curso (Santos & L. C. Silva, 2011).

Em números, o ensino superior público saiu de 1.759.703 matrículas no ano de 1995 para 8.650.354 no ano de 2020. Por outro lado, como demonstração de expansão e aumento de capilaridade, houve um aumento também do número de universidades e campus, que em 2002 eram 45 universidades federais para 65, enquanto a quantidade de *campi*, saiu de 148 para 321 no período entre 2002 e 2013.

No intuito de diminuir as discrepâncias levantadas pela OCDE, houve a implementação da política de permanência estudantil, por meio da Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes, 2010) e, no Estado do Rio de Janeiro, a criação da política de cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), via Lei de número 3524/2000.

Entretanto, esse processo de democratização e ampliação do acesso ao ensino superior tendo como baliza os aspectos propostos por organismos multilaterais (OCDE) traz um redirecionamento da política de educação. Características como gratuidade, qualidade e universalidade têm sua importância diminuída em decorrência da lucratividade e da massificação do ensino.

Por meio da reivindicação da sociedade civil, a universidade pública foi diminuindo o seu aspecto burguês, excludente e de defesa das elites econômicas, como Favéro (2006) classificava. Esse cenário se deu muito em decorrência do desenvolvimento, cujo o qual fez com que algumas camadas da sociedade, antes marginalizados, emergissem econômica e socialmente.

Contudo, os decretos e legislações que garantiam o crescimento do acesso à educação superior também abria caminho para a implementação e ampliação de cursos na modalidade de Ensino a Distância (EaD), para o aumento da diversificação de instituições de ensino e para a criação de parcerias público-privadas.

Por outro lado, no ensino superior privado, a burguesia nacional consolida o argumento de democratização ao acesso ao ensino superior e o Estado brasileiro salva empresas de educação da falência por meio de repasses via alguns programas, como: Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES). Dessa forma, suplementand a margem de lucro dessas instituições.

Com isso, cabe a problematização da democratização do acesso a graduação balizado pelas diretrizes atribuídas por órgãos multilaterais (como os estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação - PNE's- 2001 - 2011; 2014 - 2024), pois o propósito dos mesmo é colocar o lucro de instituições privadas à frente do direito ao acesso do ensino superior, gratuito e de qualidade.

### **3. – A relação entre trabalho e estudo para a classe trabalhadora: trabalhador estudante x estudante trabalhador**

Neste item pretende-se abordar como o trabalho influencia o processo de formação profissional dos estudantes, explicitando como essa relação pode ter um impacto na graduação



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

desses alunos em relação aos discentes que têm condições de se dedicar exclusivamente aos estudos. De modo que essa construção envolve a questão das bolsas ofertadas nas universidades que possam garantir a permanência desses estudantes com maior qualidade nas instituições de ensino. Onde universidades que garantem maior ofertas de bolsas permanência, bolsas para projetos de pesquisas, projeto de extensão, faz com que os estudantes tenham acesso às melhores condições de ensino e dedicação exclusiva aos cursos de graduação, melhorando o seu empenho.

Entende-se que os estudantes trabalhadores que ocupam a Universidade são pessoas que se classificam na classe mais pobre, e que antigamente essa população não ocupava em grande quantidade as Universidades, justamente pela desigualdade na questão do processo seletivo, fazendo com que pessoas que estudavam em escola públicas, pessoas negras e deficientes, não tivessem a mesma equidade em relação ao ensino. E também pela permanência, onde os cursos em sua grande maioria em período integral, fazendo com que os alunos não conseguissem se manter, visto também que a oferta de bolsas de pesquisa, projetos de extensão, monitoria, não acomodava todos os discentes. Surgindo assim o dilema desses estudantes para conciliar o trabalho com estudo visto que abrir mão de trabalhar nem sempre é uma opção

Em 2000, ocorreu o processo de democratização do ensino com o surgimento das políticas de expansão do setor público, com a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que tinha como objetivo diminuir a evasão nas universidades e a ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil. Além do REUNI, também foi sancionada a Lei 12.711/2012 que dispõe sobre a inserção nas faculdades federais e escolas técnicas federais, popularmente conhecida como a lei de cotas. Esses métodos colaboraram para a ampliação de estudantes ingressantes nas faculdades, principalmente aqueles das chamadas camadas populares e estudantes de escolas públicas.(PEREIRA, COUTRIM, 2020)

Porém, precisa pensar não somente sobre as formas de garantir o ingresso desses estudantes, mas garantir maneiras de permanência dos mesmo, pois o trabalho acaba sendo a prioridade do discente, fazendo com que a gestão de tempo entre trabalho e estudo seja enorme, de modo que abandonar o curso ou trancar sejam as únicas opções. Segundo Mesquita

“No caso de o estudante ter que trabalhar e ajudar no sustento da família revela uma nova situação. O que ele ganha é o suficiente para se manter e ainda é possível ajudar no sustento da família. Este estudante independente de estudar não pode abandonar o trabalho, pois a sua participação nas despesas familiares é significativa. Infere-se, a partir

desta informação, que com sua renda ele assume suas despesas além de ajudar nas despesas familiares. Isto posto mostra que o trabalho é para este estudante uma prioridade, ficando em segundo plano o estudo.” (MESQUITA, 2010, P.34)

Para Vargas e Paula (2013) quando conseguem conciliar os dois mundos, usando o exemplo de ensino noturno, os estudantes podem chegar cansados nas aulas, ou atrasados visto que normalmente o horário noturno normalmente começa no fim da jornada de trabalho desse aluno. precisando também contar com a boa vontade do docente para compreender o motivo dos atrasos de maneira que o estudante não saia prejudicado. Pensando sobre as dificuldades, apesar dos avanços em relação a inclusão desses discentes na universidade, sem uma política de permanência efetiva faz-se a reflexão junto com Mesquita

“Estudar e trabalhar não é novidade em um país onde a renda per capita não alcança três salários mínimos e o acesso ao ensino superior é realidade para poucos. O nó da questão é justamente em que condições reais este acesso, permanência e conclusão se efetivam para aqueles que trabalham e estudam. O grande desafio é saber se trabalhar e estudar é uma conquista, um benefício ou uma falácia (MESQUITA, 2010, p. 17).

Enquanto isso de acordo com o censo estudantil da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, realizado em 2023, apesar de ser um curso pensado para incluir a classe trabalhadora, com o aumento de distribuição de bolsas a maioria dos estudantes declararam que não estão trabalhando no momento e que estão inseridos em projetos de pesquisa variados, reforçando a importância dito nos parágrafos anteriores sobre a manutenção da permanência desses estudantes.

Além disso é o compromisso com o aprendizado ampliado, onde os alunos podem dedicar exclusivamente ao estudo, potencializando o seu conhecimento e possuindo contato com diversas temáticas que não perpassam a sala de aula, fazendo com que o rendimento do discente seja maior, tenha maior concentração e dedicação nas aulas e ainda influencia em maior conhecimento para a própria população que não está inserida na universidade quando fala-se sobre projetos de extensão.

Com isso, pode-se concluir a importância que a ampliação de bolsas traz para o cotidiano do estudante, e a mesma é essencial para a manutenção dos alunos dentro da universidade onde existe a nítida diferença entre o perfil de alunos que precisam conciliar o trabalho com o estudo, de modo que os mesmo não possam/consigam entregar 100% da sua dedicação devido aos fatores que dificultam o processo.

#### **4 – O perfil dos estudantes da FSS/UERJ: reflexões sobre a inserção no trabalho e impactos na saúde.**

Neste tópico será realizado o resgate das informações coletadas através do censo estudantil que foi realizado pela Faculdade de Serviço Social (FSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) no ano de 2023, com o objetivo de analisar e refletir acerca do perfil dos estudantes da FSS, em relação à inserção no mundo do trabalho. O censo estudantil foi desenvolvido através de um Grupo de Trabalho, que envolveu diversos segmentos da Faculdade, como o Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS), grupos de pesquisa, bem como o Programa de Educação Tutorial (PET) de Serviço Social que contribuiu no processo de planejamento, elaboração e também na sua execução.

Ao PET ficou sob responsabilidade ser o articulador das perguntas no módulo sobre trabalho e saúde do trabalhador. O censo foi realizado no período de 2022/2024, a coleta das respostas foi feita através de um formulário no “google forms”, sendo um questionário no qual foi separado em três módulos temáticos, o primeiro foi a identificação do corpo discente da Faculdade, o segundo trabalho e o terceiro sobre dimensões acadêmicas, ao todo foram realizadas 131 perguntas nas quais foram incluídas diversas categorias como trabalho, saúde, movimento estudantil, habitação, acesso à cultura, informações e tecnologias, meios de transporte, acesso às políticas educacionais e estágio. Foram respondidos 362 questionários, cujo número corresponde a 63,5% de 577 estudantes com matrículas ativas em 23/1. Para garantir o sigilo dos estudantes foi utilizado um formato de identificação dos estudantes apenas utilizando o número da matrícula.

A finalidade da realização do censo, ocorre em decorrência da falta de dados sobre o perfil dos estudantes e a necessidade da realização de ações concretas sobre problemas e atravessamentos cotidianos no qual os estudantes passam, para que possam ser pautadas ações e soluções nesse contexto. ao conhecer o perfil social, econômico, cultural e acadêmico dos estudantes da graduação em serviço social da uerj, faz se possível a contribuição para a formulação de políticas que visem enfrentar problemas em diversos âmbitos da formação profissional, que podem ser pedagógicos, ou de caráter discriminatório, relacionados à pesquisa e extensão ou buscar parcerias dentro da Universidade, com outras instâncias, para que seja possível a desburocratização do acesso de bolsas e auxílios, - grande parte dos estudantes

assinaram que recebem um ou mais auxílios, e dependem dessa política para permanecer no espaço da Universidade.

Os resultados deste processo, nos auxiliam a entender melhor a relação entre trabalho, saúde e a participação dos estudantes na Universidade. No módulo trabalho, foram realizadas perguntas sobre: idade em que começaram a trabalhar, preparação para o trabalho, tipo de inserção no mercado, se recebem remuneração, turno de trabalho, tipo de contrato, salário, benefícios recebidos, motivos de afastamento, ambiente de trabalho, exposição a riscos e ocorrências de acidentes. Portanto, traz uma série de informações que contribuem para sairmos do senso comum e ponderar sobre qual é o perfil desses estudantes e quais as necessidades apresentadas por eles. É fundamental relacionar trabalho à saúde da classe trabalhadora, assim conseguimos compreender como as dinâmicas do sistema capitalista afetam profundamente - e muitas vezes de forma silenciosa - a vida dessas pessoas.

Resgatando a pergunta sobre qual idade os estudantes começaram a trabalhar, a maioria respondeu que começou entre 18 e 28 anos (47,5%), seguido por aqueles que começaram entre 12 e 17 anos (33,1%). Somente 14,4% responderam que nunca trabalharam, logo, 86% dos estudantes que responderam ao questionário já tiveram alguma experiência de trabalho, sendo que 38% começaram a trabalhar ainda na infância ou adolescência. Esses dados indicam que estamos lidando com um grupo de estudantes que faz parte da classe trabalhadora, mostrando como eles são vulneráveis à dinâmica do capitalismo e o seu modo de produção e reprodução, que adoce a classe trabalhadora diariamente.

Cabe destacar que estamos analisando uma faculdade cujo ensino é noturno, então outros desafios além do trabalho estão colocados para esse estudantes como a precarização da mobilidade urbana e a falta de transporte público, trânsito mais intenso, pouco tempo para alimentação e descanso, além de perigos adicionais nesses horários. Esses fatores mostram como a universidade muitas vezes não atende às necessidades dos estudantes trabalhadores, especialmente daqueles com jornadas noturnas.

O perfil dos estudantes da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) revela um grupo diverso, composto majoritariamente por jovens adultos que enfrentam desafios tanto acadêmicos quanto profissionais. Muitos desses estudantes já estão inseridos no mercado de trabalho, diversas vezes em empregos precários e com jornadas exaustivas, o que pode dificultar a conciliação entre as demandas da vida universitária e as



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

exigências do emprego. Essa situação impacta diretamente na saúde física e mental dos alunos, que frequentemente enfrentam altos níveis de estresse e ansiedade.

O meio acadêmico em sua maioria não oferece o apoio necessário para o estudante que trabalha, criando um ambiente que pode ser desafiador e, em alguns casos, excludente. Faculdades, com frequência, adotam uma estrutura rígida e inflexível, com horários de aulas, prazos e atividades que não consideram as realidades daqueles que precisam conciliar o estudo com o trabalho. Essa falta de flexibilidade faz com que muitos estudantes trabalhadores se sintam desamparados, enfrentando dificuldades para acompanhar o ritmo das disciplinas e cumprir com as exigências acadêmicas. De acordo com Mesquita (2010):

Estudar e trabalhar não é novidade em um país onde a renda per capita não alcança três salários mínimos e o acesso ao ensino superior é realidade para poucos. O nó da questão é justamente em que condições reais este acesso, permanência e conclusão se efetivam para aqueles que trabalham e estudam. O grande desafio é saber se trabalhar e estudar é uma conquista, um benefício ou uma falácia (MESQUITA, 2010, p. 17).

O estudante que estuda e trabalha é como um equilibrista em corda bamba, exige muita concentração e dedicação para equilibrar os dois, a inserção no mercado de trabalho simultaneamente à graduação, embora muitas vezes necessária para o sustento financeiro, pode trazer consequências negativas, como a diminuição do rendimento acadêmico e o aumento da carga emocional. Os estudantes se vêem pressionados a cumprir suas obrigações acadêmicas enquanto lidam com condições de trabalho nem sempre favoráveis, o que pode levar a um desgaste significativo.

Ademais, os estudantes com dupla jornada não conseguem fazer parte de atividades extracurriculares como extensões, pesquisas e grupos de estudo, pois em alguns casos essas atividades exigem um tempo em média de 20 horas semanais, o que é quase impossível para os estudantes trabalhadores. A distância de suas residências, trabalho e faculdade são significativas quando o assunto é tempo para estudar, Almeida (2014, p. 255) aborda sobre o aporte financeiro para custear gastos com passagens, fotocópias e alimentação, essas sendo as “dificuldades materiais”.

## **Considerações Finais**

Portanto, ao analisar a questão educação e a inserção dos jovens e, principalmente, os que compõem a classe trabalhadora, se dá de forma lenta e com muitos desafios, como a permanência na universidade, a consolidação no mercado de trabalho, a maternidade e os custos referentes ao estudo, seja com material ou com deslocamento. A exclusão desses estudantes mantém um ciclo de gerações que continuam na pobreza por falta de oportunidades de qualificação da força de trabalho.

Cabe destacar que é importante analisar de maneira crítica, como é feita a expansão do acesso ao ensino, devido à deterioração do direito ao acesso à educação superior pelo fortalecimento e enriquecimento de empresas que atuam no ramo do ensino superior privado.

Desse modo, esse cenário destaca a importância de políticas de permanência, apoio e acolhimento estudantil dentro da universidade, além da necessidade de um debate mais amplo sobre as condições de trabalho e seus impactos na saúde dos estudantes. Necessitam de um olhar mais atento por parte das universidades e faculdades para as condições estáveis, implementando políticas mais inclusivas que levem em consideração as diferentes realidades socioeconômicas dos alunos, e promovendo um ambiente onde todos possam ter a oportunidade de alcançar o sucesso acadêmico sem comprometer sua saúde e bem-estar.

### Referências:

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. **Estudantes com desvantagens sociais e os desafios da permanência na universidade pública**. In: PIOTTO, Débora Cristina. Camadas populares e universidades públicas: trajetórias e experiências escolares. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014, p. 239-269.

BRASIL. Lei nº 12.711. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 17.08.2024

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. De. São Paulo. Cortez, 2006.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

MESQUITA, Maria Cristina das Graças Dutra. **O trabalhador estudante do ensino superior noturno: possibilidades de acesso, permanência com sucesso e formação.** 2010. 192f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

PEREIRA, L. de. S.; COUTRIM, R. M. da. E. **Estudantes trabalhadores de camadas populares em seu desafio cotidiano de conciliar trabalho e estudo.** *Educativa*, v. 23, 2020. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/7376>>. Acesso em: 19 ago. 2024.

VARGAS, Hustana Maria; PAULA, Maria de Fátima Costa de. **A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado.** *Avaliação*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 459-485, jul. 2013.

SOBRINHO, J. D. **Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, nº. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010.

TRÓPIA, P. V.; SOUZA, D. C. C. de. **As portas permanecem semiabertas: estudantes trabalhadores nas universidades federais.** *Pro-Posições*. Campinas, SP, v. 34, 2023.

MESQUITA, M. C. das G. D. **O trabalhador estudante do ensino superior noturno: possibilidades de acesso, permanência com sucesso e formação.** 2010. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Católica de Goiás, 2010.